



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS  
ASSESSORIA JURÍDICA

**Origem:** EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º IN00002/2024  
SECRETARIA DE CULTURA

**Assunto:** CONTRATAÇÃO DO ARTISTA JM PUXADO COM RECONHECIMENTO PÚBLICO NOTÁVEL ATRAVES DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO, J M DE OLIVEIRA BEZERRA PARA APRESENTAR-SE NO CARNAVAL DE RUA DO MUNICIPIO DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2024, COM INÍCIO ÀS 15H00 E TERMINO ÀS 16H30.

**Interessados:** Prefeitura Municipal de Cachoeira dos Índios e: J M DE OLIVEIRA BEZERRA.

**Anexo:** Exposição de motivos correspondente e seus elementos, inclusive a minuta do respectivo contrato.

**P A R E C E R**

Analisada a matéria, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e observado o teor dos documentos e informações apresentados, esta Assessoria Jurídica é de parecer favorável ao reconhecimento da situação de Inexigibilidade de Licitação, como se contém no despacho de acolhimento exarado pelo Senhor Prefeito, o qual está de acordo com o Art. 74, inciso II, do referido diploma legal.

Quanto à formalização do processo, restou demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos no Art. 72, da Lei 14.133/21, estando devidamente instruído dos seguintes elementos: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar contendo, inclusive, a análise de risco; termo de referência; estimativa da despesa definida por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; razão da escolha do contratado; justificativa de preço; e autorização da autoridade competente.

Esta Assessoria Jurídica esclarece, ainda, que deverá ser juntada aos autos a documentação da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, conforme o disposto no parágrafo único do Art. 72, da Lei 14.133/21, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato celebrado; observadas as disposições do referido diploma legal.

Cachoeira dos Índios - PB, 05 de Fevereiro de 2024.



**MÁRCIA MAYARA DE ABREU LIRA**  
Procuradora Geral do Municipal  
OAB 25.630